



**Estratégia**  
Concursos

**10° SIMULADO**

**TJ SC**

**TÉCNICO JUDICIÁRIO AUXILIAR**



**Estratégia**  
Concursos

# LANÇAMENTO DO SISTEMA DE QUESTÕES

**#VENHAPARAOMAIOR**

**NÃO ESQUEÇA**

**18 DE MAIO - ÀS 10:00**

# Simulado Especial

## 10º Simulado TJ-SC

Nome: \_\_\_\_\_

### INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TJ-SC;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora FCC, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

**PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-TJ-SC-09-05-20>**

01 – A B C D E  
02 – A B C D E  
03 – A B C D E  
04 – A B C D E  
05 – A B C D E  
06 – A B C D E  
07 – A B C D E  
08 – A B C D E  
09 – A B C D E  
10 – A B C D E  
11 – A B C D E  
12 – A B C D E  
13 – A B C D E  
14 – A B C D E  
15 – A B C D E  
16 – A B C D E  
17 – A B C D E  
18 – A B C D E  
19 – A B C D E  
20 – A B C D E

21 – A B C D E  
22 – A B C D E  
23 – A B C D E  
24 – A B C D E  
25 – A B C D E  
26 – A B C D E  
27 – A B C D E  
28 – A B C D E  
29 – A B C D E  
30 – A B C D E  
31 – A B C D E  
32 – A B C D E  
33 – A B C D E  
34 – A B C D E  
35 – A B C D E  
36 – A B C D E  
37 – A B C D E  
38 – A B C D E  
39 – A B C D E  
40 – A B C D E

41 – A B C D E  
42 – A B C D E  
43 – A B C D E  
44 – A B C D E  
45 – A B C D E  
46 – A B C D E  
47 – A B C D E  
48 – A B C D E  
49 – A B C D E  
50 – A B C D E  
51 – A B C D E  
52 – A B C D E  
53 – A B C D E  
54 – A B C D E  
55 – A B C D E  
56 – A B C D E  
57 – A B C D E  
58 – A B C D E  
59 – A B C D E  
60 – A B C D E

**PORTUGUÊS**

Adriana Figueiredo

**Estojo escolar**

CARLOS HEITOR CONY

Noite dessas, ciscando num desses canais a cabo, vi uns caras oferecendo maravilhas eletrônicas, bastava telefonar e eu receberia um notebook capaz de me ajudar a fabricar um navio, uma estação espacial.

Minhas necessidades são mais modestas: tenho um PC mastodôntico, contemporâneo das cavernas da informática. E um laptop da mesma época que começa a me deixar na mão. Como pretendo viajar esses dias, habilitei-me a comprar aquilo que os caras anunciavam como o top do top em matéria de computador portátil.

No sábado, recebi um embrulho complicado que necessitava de um manual de instruções para ser aberto. Depois de mil operações sofisticadas para minhas limitações, retirei das entranhas de isopor o novo notebook e coloquei-o em cima da mesa. De repente, como vem acontecendo nos últimos tempos, houve um corte na memória e vi diante de mim o meu primeiro estojo escolar. Tinha 5 anos e ia para o jardim de infância.

Era uma caixinha comprida, envernizada, com uma tampa que corria nas bordas do corpo principal. Dentro, arrumados em divisões, havia lápis coloridos, um apontador, uma lapiseira cromada, uma régua de 20 cm e uma borracha para apagar meus erros.

Da caixinha vinha um cheiro gostoso, cheiro que nunca esqueci e que me tonteava de prazer. Fechei o estojo para proteger aquele cheiro, que ele ficasse ali para sempre, prometi-me economizá-lo. Com avareza, só o cheirava em momentos especiais.

Na tampa que protegia estojo e cheiro havia gravado um ramo de rosas muito vermelhas que se destacavam do fundo creme. Amei aquele ramalhete -olhava aquelas rosas e achava que nada podia ser mais bonito.

O notebook que agora abro é negro, não tem rosas na tampa e, em matéria de cheiro, é abominável. Cheira vilmente a telefone celular, a cabine de avião, ao aparelho de ultrasonografia onde outro dia uma moça veio ver como sou por dentro. Acho que piorei de estojo e de vida.

**01.** De acordo com a leitura do Texto, entende-se que ele que o foco é a contraposição entre

- a) cor de *notebook* e cor de estojo
- b) sofisticação e simplicidade
- c) coletividade e individualidade
- d) trabalho e estudo
- e) presente e passado

**02.** Releia a frase que finaliza o Texto: “Acho que piorei de estojo e de vida”, constata-se que o autor

- a) era muito ligado ao estojo.
- b) sentia-se nostálgico.
- c) guardava objetos antigos.
- d) cuidava dos seus objetos.
- e) comportava-se de modo egoísta.

**03.** O termo **mastodôntico**, em “tenho um computador mastodôntico, contemporâneo das cavernas da informática”, pode ser substituído, sem prejuízo do sentido do trecho, por

- a) potente
- b) bizarro
- c) prático
- d) imenso
- e) antigo

**04.** A palavra cujo plural se faz da mesma forma que *fura-buxos* e pelas mesmas razões é

- a) porta-bandeira
- b) carro-pipa
- c) auxílio-educação
- d) bolsa-família
- e) surdo-mudo

05. Pode-se retirar das afirmações abaixo qual preposição ou par de preposições em destaque, de acordo com a norma-padrão, sem que o sentido fique prejudicado semântica ou sintaticamente?

- a) nos tempos **em** que fora jogador
- b) gostava **de** brincar na rua.
- c) Passou **a** atribuir essas qualidades a outros amigos.
- d) Precisei **de** canivete, **de** tesoura, de faca.
- e) Depois de tanto contemplá-lo à distância, com receio de tocá-lo, dele me aproximei não mais **para** lhe sentir o cheiro... mas **para** admirar....

06. A troca de posição entre a palavra sublinhada e o substantivo a que se refere mantém o sentido em qual dos períodos abaixo?

- a) Meu amigo procurou uma **certa** pessoa para me entregar o presente.
- b) **Grandes** poemas épicos servem para perpetuar a cultura de um povo.
- c) **Algum** jornalista desejava a minha opinião sobre a sua matéria.
- d) O **mesmo** porteiro me entregou o pacote na recepção do prédio.
- e) Contar histórias é uma **prazerosa** forma de aproximar as pessoas.

07. Segundo a norma culta da Língua Portuguesa, o verbo destacado foi usado de acordo com as regras de concordância verbal em:

- a) Houve calorosas discussões durante a campanha.
- b) Sempre **houveram** participantes exaltados durante a campanha.
- c) **Fazem** três semanas que a campanha eleitoral terminou.
- d) **Deve existir** muitos participantes em dúvida.
- e) **Tinha** alguns materiais de propaganda guardados no armário.

08. Considere o seguinte enunciado “a avenida Rio Branco, **via** do Centro da cidade ocupada por estabelecimentos financeiros e comerciais.”

A palavra que tem mesmo sentido e classe gramatical de **via** no trecho original está destacada em:

- a) Anchieta é a melhor **via** para chegar a São Paulo.
- b) Ele te avisa **via** e-mail.
- c) Há 10 anos você **via** muita TV em minha casa.
- d) Pedi a segunda **via** do boleto.
- e) A abertura da Copa do Mundo será transmitida **via** satélite.

09. No trecho “A datificação, processo de transformação em dados de tudo o que conhecemos, aumentou de forma vertiginosa o acervo mundial de informações”, a palavra que apresenta o sentido contrário ao de **vertiginosa** é

- a) hesitante
- b) enleada
- c) perplexa
- d) vacilante
- e) lenta

10. De acordo com as exigências da norma-padrão da língua portuguesa, o verbo destacado está corretamente empregado em:

- a) No mundo contemporâneo, **conferem-se** às grandes cidades papel relevante no desenvolvimento da economia mundial.
- b) De acordo com o grau de influência internacional, **classificou-se** as 50 metrópoles mundiais em três diferentes classes.
- c) Há centenas de anos, **atribuem-se** às cidades a responsabilidade de motor propulsor do desenvolvimento econômico e a condição de lugar por excelência dos negócios.
- d) Em grandes centros urbanos, **realiza-se** negócios nacionais e internacionais.
- e) Em todas as pesquisas geopolíticas, **considera-se** as cidades globais como verdadeiros polos de influência internacional, em função da presença de sedes de grandes corporações.

11. A palavra **tecnológicos** recebe acento gráfico, de acordo com as regras da norma-padrão da língua portuguesa.

O grupo em que todas as palavras devem ser acentuadas pela mesma regra é

- a) fácil, orgânico, pêndulo
- b) satélites, lâmpada, autódromo
- c) fotossíntese, egoísta, distância
- d) saúde, túnel, biológicos
- e) vulneráveis, luminárias, incontável

12. Obedecem às regras ortográficas da língua portuguesa as palavras

- a) paralização, autorização, inspiração
- b) consessão, excessão, enxaqueca
- c) rodísio, reexame, pesquisa
- d) desorganização, extresse, bambusal
- e) admissão, exame, impasse

### RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Alex Lira

13. Considere verdadeiras as premissas a seguir:

- Se Plínio é médico, então Sulamita não é estudante.
- Se Sulamita não é estudante, então Ana é secretária.
- Ou Ana não é secretária, ou Márcia é enfermeira.
- Márcia não é enfermeira.

Logo, pode-se concluir que:

- a) Plínio é médico ou Ana é secretária.
- b) Sulamita é estudante e Plínio é médico.
- c) Ana não é secretária e Sulamita não é estudante.
- d) Plínio é médico ou Ana não é secretária.
- e) Sulamita não é estudante e Plínio é médico.

14. Considere a sentença: “Se a proposta A é aprovada então o autor se fortalece ou não é dispensado.” A negação lógica dessa sentença é

- a) A proposta A é aprovada e o autor não se fortalece e é dispensado.
- b) Se a proposta A não é aprovada então o autor não se fortalece e não é dispensado.
- c) Se a proposta A não é aprovada então o autor não se fortalece ou é dispensado.
- d) Se o autor não se fortalece ou é dispensado então a proposta A não é aprovada.
- e) A proposta A não é aprovada ou o autor se fortalece ou não é dispensado.

15. Três pessoas estão caminhando. A camisa de um deles é azul, a do outro é preta, a do outro é branca. Eles vestem meias destas mesmas três cores, mas somente Adélio está com meia de mesma cor que sua camisa. Nem a meia nem a camisa de Jair são brancas. Murilo está com meia azul. Desse modo,

- a) a camisa de Jair é azul e a de Adélio é preta.
- b) a camisa de Murilo é branca e sua meia é preta.
- c) a meia de Jair é preta e a camisa de Adélio é branca.
- d) a meia de Adélio é preta e a camisa de Murilo é branca.
- e) a camisa de Adélio é preta e a meia de Murilo é azul.

16. A cada ano que passa, o valor de uma mercadoria diminui 10% em relação ao valor do ano anterior. Caso o valor dessa mercadoria seja, hoje, igual a R\$ 100,00, então, daqui a três anos a percentagem equivalente à desvalorização total no período desses três anos será igual a

- a) 10,42%
- b) 27,10%
- c) 30%
- d) 32,20%
- e) 40%

17. Um avô deixou para seus netos uma herança no valor de R\$ 5.500.000,00, para ser dividida entre eles na razão direta do número de anos de idades de cada um. Sabendo-se que o primeiro herdeiro tem 2 anos de idades, o segundo 3 e o terceiro 5, coube na partilha ao primeiro herdeiro a quantia de R\$:

- a) 1.000.000,00
- b) 1.100.000,00
- c) 1.200.000,00
- d) 1.500.000,00
- e) 1.650.000,00

18. Em 18 horas, 2 funcionários cadastram 15 livros. Trabalhando no mesmo ritmo, o número de funcionários necessários para cadastrar 10 livros em 6 horas é igual a

- a) 4.
- b) 6.
- c) 5.
- d) 3.
- e) 7.

### **DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

Ricardo Torques

19. Com base na Lei nº 13.146/2015, assinale a alternativa correta quanto às medidas a serem adotadas nos processos seletivos para ingresso e permanência nos cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior:

- a) as Instituições de Ensino Superior (IES) devem ofertar atendimento igualitário a todas as pessoas em suas dependências e serviços.
- b) tradução completa do edital e de suas retificações em braile.
- c) disponibilização de provas em formatos acessíveis para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência.

d) disponibilização de recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva adequados, independentemente de prévia solicitação pelo candidato.

e) dilação de tempo, conforme demanda apresentada pelo candidato com deficiência, tanto na realização de exame para seleção quanto nas atividades acadêmicas, independentemente de prévia solicitação pelo candidato.

20. A acessibilidade é direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social. Desse modo, pode-se afirmar corretamente:

- a) A concessão de aval da União para obtenção de empréstimo e de financiamento internacionais por ente públicos ou provados está sujeita ao cumprimento das disposições sobre acessibilidade do Estatuto da Pessoa com Deficiência.
- b) A concepção e a implantação de projetos que tratem do meio físico, de transporte, de informação e comunicação, inclusive de sistemas e tecnologias da informação e comunicação, e de outros serviços, equipamentos e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, exclusivamente na zona urbana, devem atender aos princípios do desenho universal, tendo como referência as normas de acessibilidade.
- c) A adaptação razoável será sempre tomada como regra de caráter geral.
- d) Nas hipóteses em que comprovadamente o desenho universal não possa ser empreendido, o projeto urbanístico ou arquitetônico deverá ser abandonado.
- e) Apenas na fase de execução, as políticas públicas deverão considerar a adoção do desenho universal.

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

Herbert Almeida

**21.** Um órgão público pode ser definido como uma “unidade que congrega atribuições exercidas pelos agentes públicos que o integram com o objetivo de expressar a vontade do Estado”. Acerca das características dos órgãos públicos, considere:

- I. Possuem personalidade jurídica própria, vinculada ao seu ente criador.
- II. Possuem, em regra, capacidade processual para figurar em juízo.
- III. Sua criação depende, em regra, da edição de lei.

Está correto o que se afirma somente nos itens:

- a) I.
- b) II.
- c) I e II.
- d) III.
- e) I, II e III.

**22.** Tendo em vista o surgimento da necessidade de aquisição emergencial de diversos kits hospitalares para serem usados nos hospitais de Santa Catarina, em virtude da pandemia decorrente do Coronavírus, foi realizada consulta à procuradoria do órgão responsável para assegurar que as compras seriam feitas obedecendo à legislação cabível. O valor da contratação está estimado em R\$ 80 mil. A respeito da contratação desses materiais, com base exclusivamente no que prescreve a Lei nº 8.666/1993, é correto afirmar que

- a) os produtos poderão ser adquiridos por contratação direta, por ser a licitação inexigível em casos de emergências relacionadas à saúde pública.
- b) não será necessária a abertura de processo administrativo para a aquisição dos materiais, podendo ser realizada a contratação de forma verbal, em virtude do baixo valor da contratação.

c) diante de clara hipótese de inviabilidade de competição, em virtude da situação emergencial, a licitação é inexigível.

d) nesse caso, a licitação é dispensável, com base na previsão que autoriza a dispensa de licitação nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares.

e) a contratação poderá ser feita por dispensa de licitação, admitindo-se a inclusão de itens extras que se façam necessários no decorrer do procedimento, autorizada, ainda, a prorrogação do contrato pelo prazo que se justificar.

**23.** Em relação à declaração de nulidade de um contrato administrativo, assinale a alternativa correta:

a) a declaração de nulidade do contrato administrativo opera efeitos prospectivos, ou seja, a partir da declaração, resguardando-se assim os direitos adquiridos pelos contratantes no momento da assinatura do acordo.

b) mesmo que declarada a nulidade do contrato, os efeitos jurídicos já produzidos são mantidos, em observância da segurança jurídica.

c) declarada a nulidade, a administração fica exonerada do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada.

d) a anulação do contrato válido, por razões de interesse público, opera efeitos retroativos.

e) a nulidade não exonera a Administração do dever de indenizar o contratado por prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.

**24.** José é filho e único herdeiro de João, que ocupava cargo em comissão na administração e foi processado e condenado por ato de improbidade antes de falecer. A respeito da responsabilidade dos sucessores daqueles que causaram lesão ao patrimônio público ou se enriqueceram ilicitamente, pode-se afirmar que:

- a) estão sujeitos às cominações da Lei de Improbidade, até o limite do valor da herança.
- b) não respondem pelos prejuízos deixados pelos parentes falecidos, uma vez que a condenação jamais poderá passar da pessoa do condenado.
- c) respondem pela totalidade do prejuízo causado pelos falecidos, independentemente do patrimônio transferido.
- d) se não receberem herança, respondem com seus bens particulares pelo adimplemento do prejuízo deixado pelo falecido.
- e) passam a integrar o polo passivo da ação de improbidade, sujeitando-se às sanções pecuniárias até o limite do patrimônio transferido e às demais sanções, conforme a gravidade dos atos praticados.

**25.** José praticou ato de improbidade ao liberar verba pública sem a estrita observância das normas pertinentes, causando assim prejuízo ao erário. Nesse caso, em relação à ação de improbidade e às penalidades cabíveis, é correto afirmar que:

- a) a ação principal será proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de quinze dias da efetivação da medida cautelar.
- b) nas ações de improbidade, a ausência do Ministério Público como fiscal da lei, nos casos em que não intervir como parte, gera nulidade do processo.
- c) o requerido terá prazo de dez dias para se manifestar por escrito, após o recebimento de notificação pelo juiz.
- d) José estará sujeito ao pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da sua remuneração.
- e) se a petição inicial for recebida pelo juiz, o requerido poderá apelar, no prazo de trinta dias.

**26.** A Lei nº 9.784/99 determina que, nos processos administrativos, a motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas. A respeito desse tema, considere:

- I. atos que neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses.
- II. atos que dispensem ou declarem a inexigibilidade de processo licitatório.
- III. importem anulação, revogação, suspensão ou convalidação de ato administrativo.

A lei impõe a motivação somente dos atos administrativos descritos nos itens:

- a) I.
- b) II.
- c) I e II.
- d) II e III.
- e) I, II e III.

**27.** A respeito dos atos administrativos vinculados e discricionários, é correto afirmar:

- a) os atos vinculados são aqueles praticados com certa margem de liberdade de decisão, com base no que determinado pela lei.
- b) nos atos vinculados, não há margem de escolha ao agente público, cabendo-lhe decidir com base no que consta na lei.
- c) nos atos discricionários, a lei não deixa margem de liberdade para o agente público.
- d) nos atos discricionários, todos os elementos do ato serão discricionários.
- e) motivo e objeto sempre são discricionários, tanto nos atos vinculados quanto nos discricionários.

**28.** A respeito do regime de empregos públicos na administração, assinale a alternativa correta:

- a) para o provimento de empregos públicos, sob regime de direito privado, não é necessária a prévia aprovação em concurso público.
- b) os empregados públicos, assim como os servidores públicos ocupantes de cargos públicos, são regidos por um estatuto, com normas de direito público e de direito privado.
- c) após três anos de efetivo exercício, os empregados públicos adquirem estabilidade no serviço público.
- d) os empregos públicos, assim como os cargos públicos, são providos via concurso público de provas ou de provas e títulos, sendo que, no caso específico dos empregados, aplica-se regime jurídico de direito privado, previsto na Consolidação das Leis do Trabalho.
- e) os empregados públicos devem ser aprovados em estágio probatório, como condição para aquisição da estabilidade prevista na Constituição.

### DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

**29.** De acordo com a Constituição Federal, o Presidente da República poderá delegar a competência de conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei:

- a) aos Ministros de Estado, apenas.
- b) ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União, apenas.
- c) ao Advogado-Geral da União, apenas.
- d) aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União.
- e) ao Procurador-Geral da República, apenas.

**30.** O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que é composto da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Nos termos da Constituição de

1988, é da competência exclusiva do Congresso Nacional:

- a) mudar temporariamente sua sede.
- b) proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.
- c) processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles.
- d) aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de Governador de Território.
- e) dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

**31.** A respeito do processo legislativo, assinale a alternativa correta.

- a) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de um quinto, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
- b) A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, dois quintos dos votos dos respectivos membros.
- c) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta do Vice-Presidente da República.
- d) A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em pelo menos uma das Casas, três quintos dos votos dos respectivos membros.
- e) Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir o voto direto, secreto, universal e periódico.

**32.** Com base na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, aos juízes é vedado, exceto:

- a) dedicar-se à atividade político-partidária.
- b) exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos cinco anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.
- c) receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei.
- d) receber, a qualquer título ou pretexto, custas ou participação em processo.
- e) exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério.

**33.** Considere:

- I. requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais.
- II. defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.
- III. zelar pela autonomia funcional e administrativa do Ministério Público, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências.
- IV. promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.

No que concerne às funções institucionais do Ministério Público, está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) I, II e IV.
- d) II e IV.
- e) I, III e IV.

**34.** Tendo em vista a Organização do Estado, prevista na Constituição Federal, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

- a) direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho.
- b) organização do sistema nacional de emprego e condições para o exercício de profissões.
- c) registros públicos;
- d) propaganda comercial.
- e) educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação.

**35.** Ediberto, servidor público da Câmara dos Deputados, apresentou requerimento administrativo para ter conhecimento de suas informações mantidas no registro de pessoal da casa, o que fora indeferido pela mesa diretora. Considerando a situação hipotética narrada, o servidor público poderá buscar a satisfação de sua pretensão por meio da ação constitucional de:

- a) *habeas data*, a ser julgado pelo Superior Tribunal Justiça.
- b) *habeas data*, a ser julgado pelo Tribunal Regional Federal.
- c) *habeas corpus*, a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal.
- d) *habeas data*, a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal.
- e) *habeas corpus*, a ser julgado pelo Superior Tribunal Justiça.

36. Considere as seguintes afirmativas:

- I. É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão se dará no caso de cancelamento da naturalização por sentença judicial transitada em julgado.
- II. O militar alistável é elegível se contar menos de dez anos de serviço, desde que se afaste da atividade.
- III. A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até dois anos da data de sua vigência.
- IV. São condições de elegibilidade, na forma da lei, a idade mínima de vinte e cinco anos para Deputado Federal e de vinte e um anos para Deputados Estadual ou Distrital.

Em relação aos direitos políticos previstos na Constituição Federal, está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) I, II e IV.
- d) II e IV.
- e) I, III e IV.

## DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

37. Em relação às alterações promovidas na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, em especial no que se refere aos interesses difusos e coletivos de transparência, informação e participação na gestão pública, é correto afirmar:

- a) Na edição dos atos normativos, é vedada a órgão ou Poder Público realizar prévia consulta pública para manifestação dos interessados, sendo autorizado, no entanto, a realização posterior de audiências públicas para discussão de seus efeitos.
- b) O agente público somente responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas na comprovação de dolo.

c) A decisão do processo, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, não poderá impor compensação por benefícios indevidos ou prejuízos anormais ou injustos resultantes do processo ou da conduta dos envolvidos.

d) Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.

e) A decisão administrativa, controladora ou judicial que estabelecer interpretação ou orientação nova sobre norma de conteúdo indeterminado, impondo novo dever ou novo condicionamento de direito não terá, em qualquer hipótese, aplicação aos casos em andamento.

38. Segundo o Código Civil, o incapaz

a) responde solidariamente, de forma direta, com seus responsáveis legais, não tendo qualquer atenuação se for relativamente incapaz e não podendo ser privado de meios mínimos de subsistência se for absolutamente incapaz, caso em que a indenização será equitativa.

b) não responde em nenhum caso se for absolutamente incapaz, respondendo subsidiariamente, se for relativamente incapaz, em relação a seus responsáveis legais.

c) responde solidariamente, de forma direta, com seus responsáveis legais, mas não pode ser privado de meios de subsistência mínimos, nem seu núcleo familiar.

d) responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes; a indenização será equitativa e não pode privar do necessário o incapaz ou as pessoas que dele dependem.

e) não responde em nenhum caso, sendo relativa ou absolutamente incapaz, só tendo lugar indenização contra ele se, sendo relativamente incapaz, escondeu dolosamente sua idade, hipótese na qual será responsabilizado solidária e diretamente com seus responsáveis legais.

**39.** Quanto ao tema “obrigações”, julgue o item a seguir:

O fornecimento de 100.000 toneladas de petróleo em dez carregamentos idênticos, previamente ajustados, é uma obrigação quanto ao tempo de adimplemento:

- a) Da execução continuada.
- b) Simples.
- c) Momentânea.
- d) De dar coisa incerta.
- e) Divisível.

**40.** Assinale a alternativa correta sobre os institutos da prescrição e a decadência:

- a) os relativamente incapazes e as pessoas jurídicas têm ação contra os seus assistentes ou representantes legais que derem causa à prescrição ou não alegarem oportunamente; no que se refere à decadência, a lei não prevê a referida ação regressiva.
- b) antes de sua consumação, a interrupção da prescrição pode ocorrer mais de uma vez; aplicam-se à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição, salvo disposição legal em contrário.
- c) a prescrição e a decadência legal e convencional podem ser alegadas em qualquer grau de jurisdição, podendo o juiz conhecê-las de ofício, não havendo necessidade de pedido das partes.
- d) é válida a renúncia à prescrição e à decadência fixada em lei, desde que não versem sobre direitos indisponíveis ou sobre questões de ordem pública ou interesse social.
- e) não é aplicável, com relação aos ébrios habituais, aos viciados em tóxico e aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade, a suspensão ou interrupção da prescrição e da decadência.

**41.** Acerca do contrato de mandato, assinale a opção correta:

- a) Menores relativamente incapazes não podem atuar como mandatários, salvo se emancipados.
- b) O direito de retenção pelo mandatário compreende remuneração ajustada e reembolso de despesas.
- c) O mandato, em termos, confere ao mandatário a prerrogativa de hipotecar.
- d) É nulo o substabelecimento por instrumento particular de procuração outorgada por instrumento público.
- e) O mandato classifica-se como negócio jurídico *intuitu personae* e *solene*.

**42.** A respeito das características das obrigações solidárias, julgue os itens seguintes.

- I - A impossibilidade da prestação, de forma culposa, acarreta a extinção da solidariedade passiva, em face da conversão da prestação originária no equivalente pecuniário e perdas e danos.
- II - A suspensão da prescrição em favor de um dos credores solidários apenas aproveita aos outros se a obrigação for indivisível.
- III – Operada a novação entre o credor e um dos devedores solidários, somente sobre os bens do que contrair a nova obrigação subsistem as preferências e garantias do crédito novado
- IV – O devedor que paga a um dos credores solidários se desonera da prestação, desde que exija do recebedor a caução de ratificação dos demais co-credores.

Estão certos apenas os itens

- a) I e III.
- b) I e IV.
- c) II e III.
- d) I, II e IV.
- e) II, III e IV.

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

Ricardo Torques

**43.** A citação é o ato pelo qual o réu é convocado para integrar a relação processual. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) A citação válida, desde que ordenada por juízo competente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor.
- b) A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, desde que proferido por juízo competente, retroagirá à data de propositura da ação.
- c) Na ausência do citando, a citação será feita na pessoa de seu mandatário, administrador, preposto ou gerente, em qualquer hipótese.
- d) A parte não será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário.
- e) A citação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada em suas sedes.

**44.** As cartas são importantes mecanismos que permitem a realização de atos processuais fora do juízo competente. Sobre o tema, prevê o CPC que:

- a) Por tratar-se de uma forma de colaboração entre juízos, não cabe ao juiz deprecante fixar prazo para cumprimento.
- b) Os atos de comunicação sobre o cumprimento da diligência competem ao juízo remetente (juízo deprecante).
- c) A carta poderá ser encaminhada a outro juízo, independentemente de comunicação ao órgão expedidor, visando o cumprimento da diligência.
- d) Em caso de incompetência absoluta do juízo deprecado, este deverá devolver a carta ao juízo deprecante.
- e) A carta tem caráter itinerante, podendo, antes ou depois de lhe ser ordenado o cumprimento, ser encaminhada a juízo diverso do que dela consta, a fim de se praticar o ato.

**45.** Considerando o disposto sobre a audiência de conciliação ou de mediação prevista no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) A audiência de conciliação ou de mediação deverá ser realizada presencialmente para facilitar a autocomposição das partes.
- b) Poderá haver mais de uma sessão destinada à conciliação e à mediação, desde que necessárias à composição das partes.
- c) A presença de advogados ou defensores públicos acompanhando as partes é facultativa.
- d) As partes deverão comparecer pessoalmente à audiência de conciliação ou de mediação.
- e) Caso uma das partes manifeste desinteresse na composição consensual, a audiência não será realizada.

**46.** Com base na Lei da Ação Civil Pública (Lei nº 7.347/85), pode-se afirmar corretamente que:

- a) A ação civil pública poderá versar sobre pretensões que envolvam tributos, contribuições previdenciárias, o FGTS ou outros fundos de natureza institucional.
- b) A ação civil pública será proposta no foro do local onde ocorrer o dano, cujo juízo terá competência relativa para processar e julgar a causa, sendo possível a sua prorrogação.
- c) A propositura da ação prevenirá a jurisdição do juízo para todas as ações posteriormente intentadas que possuam a mesma causa de pedir ou o mesmo objeto.
- d) A ação civil poderá ter por objeto a condenação em dinheiro, mas não a obrigação de fazer ou não fazer.
- e) Não é cabível ação cautelar para evitar dano, apenas ação principal.

47. Sobre os recursos nos Juizados Especiais Cíveis, assinale a alternativa correta:

- a) Nos Juizados Especiais, o preparo é dispensado e o recurso será interposto no prazo de dez dias, contados da ciência da sentença, por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente.
- b) O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva.
- c) A Lei atribui efeito devolutivo e suspensivo automático ao recurso interposto.
- d) Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, o acórdão homologatório poderá ser sucinto.
- e) Após a intimação, o recorrente terá quarenta e oito horas para apresentação do preparo, sob pena de deserção.

48. Com base na Lei nº 9.099/95, assinale a alternativa que não apresenta uma causa de extinção do processo sem julgamento do mérito:

- a) quando o autor deixar de comparecer à audiência de conciliação.
- b) quando inadmissível o procedimento ou seu prosseguimento, após a conciliação.
- c) quando for reconhecida a incompetência territorial.
- d) quando, falecido o autor, a habilitação depender de sentença ou não se der no prazo de trinta dias.
- e) quando, falecido o réu, o autor não promover a citação dos sucessores no prazo de trinta dias da ciência do fato.

## DIREITO PENAL

Priscila Silveira

49. Sobre os princípios penais e constitucionais, assinale a opção correta:

- a) Fere o princípio da legalidade, também conhecido por princípio da reserva legal, a criação de crimes e penas por meio de medida provisória.
- b) Segundo o princípio da legalidade, no ordenamento jurídico brasileiro determinada conduta só será considerada crime caso seja publicada lei posterior definindo-a como tal.
- c) De acordo com o princípio da taxatividade, o direito penal deve apenas tratar de condutas que de fato causem lesão a algum bem jurídico que mereça tutela.
- d) o princípio da humanidade proíbe a instituição de penas cruéis, como a de morte e a de prisão perpétua, mas não a de trabalhos forçados.
- e) o princípio da intervenção mínima baseia-se nas seguintes premissas: mínima ofensividade da conduta; ausência de periculosidade social da ação; reduzido grau de reprovabilidade da conduta; inexpressividade da lesão jurídica.

50. Com relação à teoria do crime, assinale a opção correta:

- a) a omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado, sendo o dever de agir descrito no Código Penal.
- b) se o erro de tipo for evitável, isenta-se de pena o agente.
- c) o erro de tipo essencial escusável exclui o dolo, mas permite a punição por crime culposos, se previsto em lei.
- d) o erro inescusável sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo e a culpa, se prevista em lei.
- e) Sendo inevitável o erro de tipo, exclui-se o fato típico.

**51.** Assinale a opção INCORRETA no que diz respeito ao instituto da tentativa:

- a) não se pune a tentativa quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime.
- b) o agente que, embora tenha iniciado a execução do crime, voluntariamente impeça o resultado danoso responderá somente pelos atos por ele já praticados.
- c) nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de 1/3 a 1/2.
- d) o arrependimento eficaz é hipótese de tentativa abandonada, e se o sujeito impede que o resultado se produza, só responde pelos atos já praticados.
- e) A tentativa, salvo disposição legal em contrário, é punida com a pena correspondente à prevista para o crime consumado, diminuída de um terço até a metade.

**52.** São causas extintivas da punibilidade, exceto:

- a) a retroatividade de lei que não mais considera o fato como criminoso.
- b) a prescrição, a decadência ou a perempção.
- c) a renúncia do direito de queixa ou o perdão aceito, nos crimes de ação privada e ação penal pública condicionada.
- d) pelo perdão judicial, nos casos previstos em lei.
- e) a retratação do agente, nos casos em que a lei a admite.

**53.** Considerando a situação hipotética acima descrita, assinale a opção correta no referente aos crimes contra o patrimônio.

- a) o emprego de arma de fogo para a prática do crime de roubo não implica a majoração da pena cominada.
- b) no roubo, caso o agente seja primário e tenha sido de pequeno valor a coisa subtraída, o juiz poderá substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la de um a dois terços ou aplicar somente a pena de multa.

- c) No estelionato, a reparação espontânea do dano antes do recebimento da denúncia antes do julgamento de primeiro grau extingue a punibilidade.
- d) Se Roberto praticar o crime contra ascendente, estará isento de pena ocorrendo, assim ocorrendo causa de escusa absolutória legalmente prevista.
- e) o crime de latrocínio se consuma com a inversão da posse, não sendo necessário a ocorrência da morte.

**54.** Acerca dos crimes contra a administração públicas, assinale a opção correta.

- a) No crime de corrupção passiva, a pena não será aumentada se, em consequência da vantagem ou promessa, o funcionário retardar ou deixar de praticar qualquer ato de ofício, pois tal fato já constitui elementar do crime.
- b) O delegado que deixa de instaurar IP para satisfazer interesse pessoal comete o crime de favorecimento pessoal.
- c) O agente que dá causa à instauração de investigação policial contra alguém, imputando-lhe crime de que o sabe inocente, pratica o crime de comunicação falsa de crime.
- d) Nas hipóteses de peculato-desvio e peculato-apropriação, a reparação do dano pelo agente público, se precedente a sentença irrecorrível, extingue a punibilidade; sendo-lhe posterior, reduz de metade a pena.
- e) A testemunha que faz afirmação falsa durante o IP e a ação penal comete o crime de falso testemunho, sendo que o fato deixa de ser punível se o agente declara a verdade antes da sentença.

**DIREITO PROCESSUAL PENAL**

Priscila Silveira

55. Relativamente ao tema ação penal, analise as afirmativas a seguir:

- I- A denúncia ou queixa será rejeitada quando faltar justa causa para o exercício da ação penal.
- II- O perdão independe de aceitação do querelado, tácita ou expressa.
- III- A queixa, ainda quando a ação penal for privativa do ofendido, não poderá ser aditada pelo Ministério Público.
- IV- Seja qual for o crime, quando praticado em detrimento do patrimônio ou interesse da União, Estado e Município, a ação penal será pública. C

Está correto o que se afirma:

- a) I e III.
- b) I, II, e III.
- c) II e IV.
- d) III e IV
- e) I e IV.

56. São princípios (características) da ação penal de natureza privada, exceto a:

- a) Conveniência.
- b) Oportunidade.
- c) Indivisibilidade.
- d) Indisponibilidade.
- e) Intranscendência.

57. Sobre o assistente de acusação é INCORRETO afirmar:

- a) o assistente do Ministério Público pode propor meios de prova.
- b) o corréu no mesmo processo pode intervir como assistente do Ministério Público.
- c) o ofendido poderá requerer sua admissão como assistente de acusação até antes do trânsito em julgado da sentença.

d) o Ministério Público será ouvido previamente sobre a admissão do assistente.

e) do despacho que admitir, ou não, o assistente, não caberá recurso

58. Sobre a prisão preventiva é correto afirmar que:

- a) é admitida nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima igual ou superior a 4 (quatro) anos.
- b) em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial.
- c) O juiz poderá, de ofício ou a pedido das partes, revogar a prisão preventiva.
- d) Decretada a prisão preventiva, deverá o órgão emissor da decisão revisar a necessidade de sua manutenção a cada 60 (sessenta) dias, mediante decisão fundamentada, de ofício, sob pena de tornar a prisão ilegal.
- e) A decisão que decretar e substituir a prisão preventiva será sempre motivada e fundamentada, mas a que denega não precisa ser fundamentada pois favorece o acusado.

59. Caberá recurso em sentido estrito nas seguintes hipóteses:

- a) que não receber a denúncia ou a queixa; que concluir pela incompetência do juízo; que julgar procedentes as exceções, salvo a de suspeição.
- b) deferir requerimento de prisão preventiva ou revogá-la, conceder liberdade provisória ou relaxar a prisão em flagrante;
- c) que impronunciar o réu; que decretar a prescrição ou julgar, por outro modo, extinta a punibilidade;
- d) que indeferir o pedido de reconhecimento da prescrição ou de outra causa extintiva da punibilidade; que julgar quebrada a fiança ou perdido o seu valor; não conceder liberdade provisória
- e) que aceitar homologação à proposta de acordo de não persecução penal, previsto no art. 28-A desta Lei; que conceder ou negar a ordem de habeas corpus;

60. Quanto aos recursos no processo penal, assinale a opção correta:

- a) o prazo para interposição de recurso em sentido estrito é 5 dias e as razões podem ser apresentadas no prazo de 8 dias.
- b) o recurso em sentido estrito comporta juízo de retratação.
- c) o prazo para interposição de recurso de apelação é 5 dias e as razões podem ser apresentadas no prazo de 2 dias.
- d) cabe Apelação das decisões do Tribunal do Júri apenas no caso de nulidade posterior à pronúncia e se a sentença do juiz-presidente for contrária à lei expressa ou à decisão dos jurados.
- e) se a sentença do juiz-presidente for contrária à lei expressa ou divergir das respostas dos jurados aos quesitos, o tribunal ad quem não poderá fazer a devida retificação, vez que o acusado deverá ser submetido a novo julgamento.



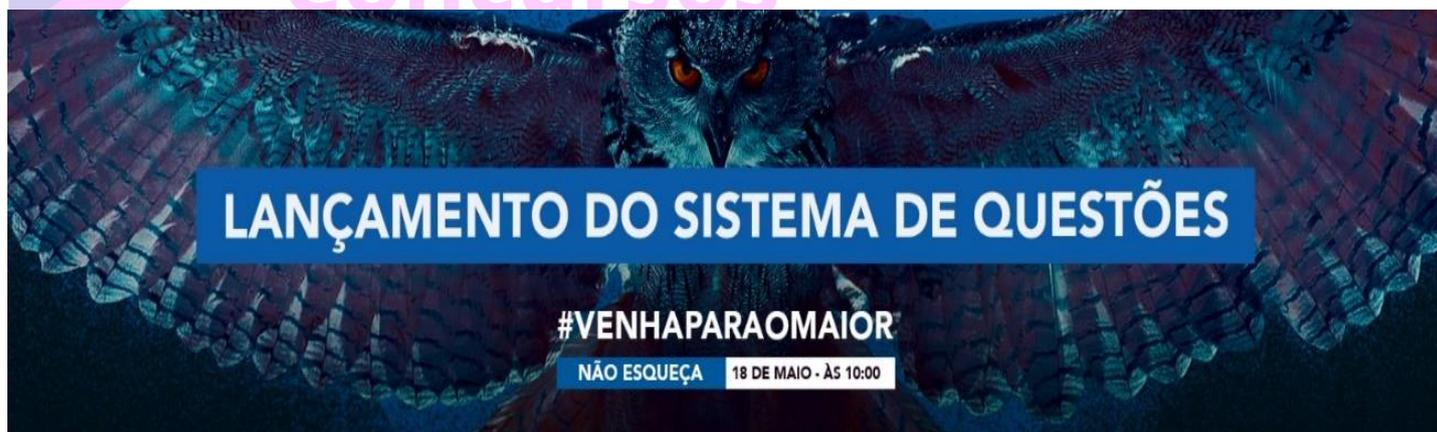
**Estratégia**  
Concursos

## Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-TJ-SC-09-05-20>

*Conheça nosso sistema de questões!*  
*Clique no banner!*

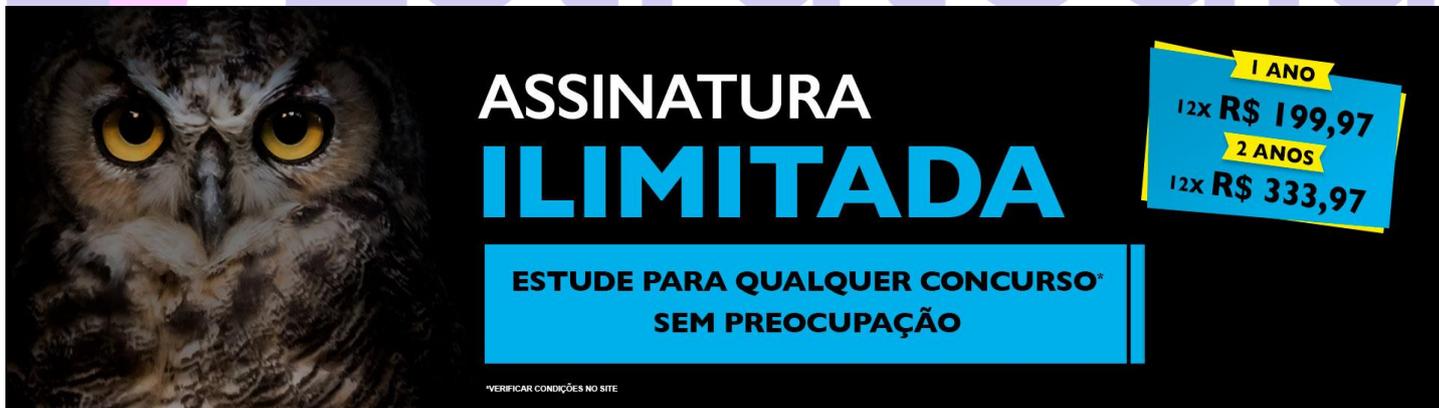
**Estratégia**  
Concursos



## ***Não é assinante?***

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!*

 **Estratégia**



**ASSINATURA  
ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO\*  
SEM PREOCUPAÇÃO**

**1 ANO**  
12X R\$ 199,97

**2 ANOS**  
12X R\$ 333,97

\*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE